

**Inquérito Civil n. 06.2018.00006590-9**

### **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do seu Promotor de Justiça Adalberto Exterkötter, titular da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul, com atribuição para atuar na Defesa do Meio Ambiente e Ala Mármore e Granitos Ltda., nome fantasia **MARMOSUL GRANITOS E MÁRMORES**, pessoa jurídica de direito privada, inscrita no CNPJ n. 12.991.132/0001-04, com sede na rua Hildegard Klitzke, n. 104, bairro Praça 11, neste ato representada por seu sócio-administrador, Altair Pereira, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n. 2.971.109, inscrito no CPF n. 828.933.819-97, doravante denominado **COMPROMISSÁRIA**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00006590-9, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 91 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

**CONSIDERANDO** que, por disposição do artigo 129, inciso III, da CRFB/1988, o Ministério Público é o órgão encarregado de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos;

**CONSIDERANDO** que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o art. 225, *caput*, da CRFB/1988;

**CONSIDERANDO** que, na conceituação do meio ambiente, considera-se a sua manifestação na forma do meio ambiente artificial, traduzido pelo espaço urbano construído;

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, conforme art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

**CONSIDERANDO** que a ABNT NBR 10151:2000 dispõe sobre os impactos do som no conforto da comunidade, portanto, deve ser rigorosamente observada pelos estabelecimentos que emitam ruídos;

**CONSIDERANDO CONSIDERANDO** que tramita nesta 4ª Promotoria de Justiça o Inquérito Civil n. 06.2018.00006590-9, cujo objeto é apurar se a empresa Marmosul Granitos e Mármore está funcionando sem Alvará Municipal e causando poluição, por meio de ruídos e resíduos, além de estar em área residencial;

**CONSIDERANDO** que a empresa Marmosul Granitos e Mármore está situada na Zona Urbana 4 do Município de Lontras (SC), local onde não é permitido o exercício de atividade industrial de porte médio, consoante desponha do artigo 62, inciso IV, e Anexo 4 - Tabela de Índices, ambos da Lei Complementar Municipal n. 41/2012, do Município de Lontras (fl. 174);

**CONSIDERANDO** que no Laudo Técnico n. 1/2019/CAT, confeccionado pelo Centro de Apoio Operacional Técnico do Ministério Público, constatou-se que a atividade desenvolvida pela Marmosul Granitos e Mármore se caracteriza como potencialmente poluidora de porte médio, porém a empresa não possui o devido licenciamento ambiental (Autorização Ambiental - AuA) para exercício de suas atividades, nos termos do item 10.10.00 da Resolução CONSEMA n. 98/2017;

**CONSIDERANDO** que a empresa está situada em Área Mista, predominantemente residencial, e os seus níveis de ruído produzidos estão em desacordo com os permitidos para o local, conforme se extrai da NBR n. 10.151, que estabelece o nível de ruído máximo tolerável para a área do empreendimento em 55 dB (A) para o período diurno e 50 dB (A) no período noturno (fl. 178);

**CONSIDERANDO** que a empresa não possui Alvará do Município de Lontras para localização e funcionamento por estar em local proibido pelo Plano Diretor Municipal;

**CONSIDERANDO** que por meio do Laudo Técnico n. 1/2019/CAT está evidente que a empresa Marmosul Granitos e Mármore emite ruídos acima do permitido, não possui Alvará Municipal para funcionamento e tampouco o devido licenciamento ambiental;

**CONSIDERANDO** que o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo a adequação da empresa ALA MÁRMORES E GRANITOS LTDA., nome fantasia Marmosul Granitos e Mármore às normas ambientais e administrativas municipais para o exercício da atividade;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

## **DO OBJETO**

**Cláusula 1ª.** Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação da empresa ALA MÁRMORES E GRANITOS LTDA., nome fantasia Marmosul Granitos e Mármore, às normas ambientais e administrativas municipais para o exercício de sua atividade.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA**

**Cláusula 2ª.** Para a consecução do objeto deste TAC, a Compromissária se compromete a deixar de exercer as atividades em local proibido pelo Plano Diretor Municipal de Lontras, no prazo improrrogável de 17 (dezessete)

meses, a contar da assinatura deste Termo.

**Parágrafo único.** Efetuada a mudança de suas instalações para zoneamento permitido, a Compromissária se compromete a providenciar o devido licenciamento ambiental, seguindo a legislação respectiva no que diz respeito a resíduos e ruídos, fora outras aplicáveis.

**Cláusula 3ª.** Durante o prazo assinalado na Cláusula 2ª, a Compromissária se compromete a evitar a propagação de ruídos em níveis acima dos permitidos para o zoneamento, bem como a evitar poluição por resíduos.

**Cláusula 4ª.** A Compromissária se compromete a cumprir todas as solicitações e modificações em relação ao pedido de licenciamento ambiental exigidas pelo Órgão Ambiental competente, assim que efetuada a mudança disposta na Cláusula 2ª.

#### **DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS:**

**Cláusula 5ª.** Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo, a Compromissária sujeitar-se-á, relativamente às suas obrigações e a título de cláusula penal:

**Parágrafo Primeiro.** Em notificação de advertência, com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para regularização das questões afetas à Cláusula 2ª, sob pena de imediata propositura das medidas judiciais cabíveis para sua execução.

**Parágrafo Segundo.** Em caso de descumprimento das condições dispostas nas Cláusulas 3ª e 4ª, ao pagamento de multa de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por evento.

**Parágrafo Terceiro.** Decorrido o prazo previsto no Parágrafo Primeiro sem cumprimento, em incidência de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser recolhida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87, conforme art. 13 da Lei n. 7.347/1985.

**Parágrafo Quarto.** Os pagamentos a título de cláusula penal de que trata a Cláusula 8ª terão seus valores atualizados de acordo com o índice oficial (INPC), desde a data da comprovação do descumprimento até a data do efetivo desembolso, cujos valores serão revertidos em prol do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados.

**Parágrafo Quinto.** O valor da multa por descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta incidirá de forma independente para cada obrigação detalhada nas cláusulas deste instrumento, caso seja descumprida.

**Parágrafo Sexto.** O valor da multa por descumprimento do TAC não exime o Compromissário de dar andamento à execução da obrigação inadimplida.

**Parágrafo Sétimo.** Não sendo efetuado o depósito do valor da multa por descumprimento do TAC, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público de Santa Catarina, com atualização monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o que deveria ser depositado.

**Parágrafo Oitavo.** Para a execução das multas previstas nesta cláusula e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente a informação de descumprimento encaminhada por qualquer meio ao Ministério Público.

## **DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Cláusula 6ª.** O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida de cunho civil se cumprido o presente Termo de Ajustamento de Conduta pelo Compromissário, o que não impede a promoção das ações penais atinentes a crimes eventualmente praticados.

**Parágrafo único.** O Ministério Público poderá, a qualquer tempo, com a devida anuência do signatário, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este Termo de Ajustamento de Conduta, determinando outras providências que se fizerem necessárias, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público, em decorrência deste instrumento.

**Cláusula 7ª.** O Ministério Público obriga-se a não agir judicialmente contra o Compromissário em relação ao objeto deste ajuste, desde que cumpridas suas cláusulas no prazo estabelecido.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 8ª.** Comprovada a inexecução dos compromissos previstos neste Termo de Ajustamento de Conduta, será facultada ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, como providências e cominações judiciais que poderão vir a ser requeridas nas esferas civil, administrativa e criminal.

**Cláusula 9ª.** O cumprimento das obrigações ajustadas não isenta o Compromissário da observância das demais exigências da legislação em vigor e/ou em outras leis que vierem a ser editadas ou entrarem em vigor após sua assinatura.

**Cláusula 10ª.** Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer Órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**Parágrafo único.** As obrigações previstas nas cláusulas 2ª, 3ª e 4ª, do presente Termo são consideradas obrigações de relevante interesse ambiental.

**Cláusula 11ª.** Considerar-se-á como justificativa para o descumprimento das cláusulas ajustadas a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado, hipótese em que poderá ser o Compromissário isento da multa estabelecida.

**Cláusula 12ª.** Este TAC poderá ser protestado perante Cartório de Protesto de Títulos.

**Cláusula 13ª.** Eventuais questões decorrentes deste TAC serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), local em que está sendo firmado o presente ajuste.

O presente Termo de Ajuste de Conduta será eficaz a partir da sua assinatura, e o Compromissário fica, desde já, cientificado de que, com a formalização do presente, será promovido o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Civil, nos termos dos artigos 48, inciso II, e 49, *caput*, ambos do Ato 395/2018/PGJ,

sendo-lhe possível, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público que apreciar a promoção de arquivamento, apresentar razões escritas ou documentos.

Assim, justos e acertados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos moldes do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

Rio do Sul, 29 de agosto de 2019.

[assinado digitalmente]

ADALBERTO EXTERKÖTTER  
Promotor de Justiça

ALA MÁRMORES E GRANITOS LTDA.  
Compromissária

Testemunhas:

NOME DA TESTEMUNHA

NOME DA TESTEMUNHA